



---

## A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA PARA A FILOSOFIA: RECORTES A PARTIR DE AGOSTINHO DE HIPONA

Pedro Henrique Mocelin<sup>1</sup>

Fabiano de Mello Vieira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo destacaremos as influências históricas que o termo *memória* recebeu de todo o tesouro filosófico, especialmente de Agostinho de Hipona que chega a chama-la de “palácio”. Tamanha é a riqueza e importância dessa faculdade humana que Nicola Abbagnano dedica-se em seu dicionário para uma modesta, mas concisa explanação histórica do termo. Muitos filósofos que se empenharam, exclusivamente, para descobrir os mistérios do ser humano, perceberam que a memória representa um papel fundamental na natureza humana e suas mais minuciosas características encontra-se tão evidentes que não a conseguimos apreender. Também sobre isso Agostinho de Hipona dedicará todo um livro de suas *Confissões* para tentar desvelar algum dos véus da memória que não tenham sido suprimidos pela força do esquecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Agostinho de Hipona; Consciência; Imagem; Esquecimento.

Em toda a tradição filosófica, muitos pensadores se preocuparam em descobrir quem era o homem e quais eram suas características. Talvez o problema do conhecimento e do avanço científico sempre fosse uma das molas propulsoras de muitas das investigações que nós conhecemos hoje. Contudo, uma filosofia “pura” e “tradicional” nos mostra que, na verdade, o homem é um ser complexo! Sua complexidade se expressa sobretudo em seus afetos e em suas subjetividades que possuem algumas porções conscientes e outros aspectos que apresentam um caráter mais obscuro.

Dentro de toda essa complexidade do homem, suas faculdades e suas capacidades, temos que somos formados e dotados de várias características que fazem do homem um ser vivo riquíssimo em complexidades e em estruturas de personalidade. Muito provavelmente, se juntássemos todas as culturas, religiões e peculiaridades de cada ser

---

<sup>1</sup> Bacharel em filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e graduando em teologia pelo Claretiano – Centro Universitário. Este artigo foi elaborado a partir da monografia (TCC) orientada pelo Prof. Dr. Fabiano de Mello Vieira. E-mail: phmocelinssj@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e professor da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP). E-mail: mello\_psico@hotmail.com

humano não saberíamos extrair de tudo isso uma essência ou algo que nos responda quem nós somos.

Entre as características desse homem complexo, dotado de uma racionalidade e uma consciência, há também uma porção mais oculta e obscura, que nos escapa de uma apreensão definitiva, mas que sempre se faz presente, mesmo em sua *ausência*. Essa capacidade, por vezes, debilitada e manca, é a *memória*, ou seja, nossa capacidade de “guardar coisas e trazer à tona em outros momentos”, nosso poder de fazer presente coisas passadas, nosso mais íntimo mistério.

A memória, além de todo um mistério, representa nossa capacidade de fazer ciência, de fazer arte, de fazer cultura, de ser linguagem, entre outras coisas mais. Diante disso, somos convidados a analisar nesse primeiro ponto, uma questão mais geral e histórica do termo em questão e, posteriormente, um aprofundamento mais específico na concepção de Agostinho de Hipona sobre o *Palácio da memória* em sua obra *Confissões*, mais especificamente no Livro X.

Embora pareça desnecessária uma contextualização geral do termo *memória*, identificamos que essa análise é de cordial importância, pois fundamentará todo o nosso estudo e a nossa pesquisa. Depois dessa análise, que estará fundamentada no *Dicionário de filosofia* de Nicola Abbagnano e em alguns outros textos, partiremos para um estudo mais específico, como já havíamos mencionado, na obra *Confissões* de Agostinho de Hipona, mais especificamente no Livro X.

## **1. Algumas considerações gerais sobre a memória**

Nosso ponto de partida será no sentido de uma definição mais geral do termo *memória* onde procuraremos salientar brevemente um contexto histórico do termo em questão na visão do renomado Nicola Abbagnano, mais especificamente em seu *Dicionário de Filosofia* e em algumas outras, breves citações, de autores que influenciaram e contribuíram para uma tradição filosófica da *memória*.

Logo que nos deparamos com a obra, temos que a *memória* não pode ser sinteticamente definida sem antes lembrarmos que esse anseio de resposta para uma “possibilidade de dispor dos conhecimentos passados”<sup>3</sup> perpetuou toda a história da filosofia, desde de Plotino até Nietzsche, por exemplo. Para Abbagnano, a memória –

---

<sup>3</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, art.: Memória.

sendo essa possibilidade de aceder aos saberes pretéritos – está concatenada com os “conhecimentos que, de qualquer modo, já estiveram disponíveis, e não já simplesmente conhecimentos do passado”.<sup>4</sup>

Com isso, entendemos que a *memória* só será realmente “ativada” quando vivenciarmos um determinado acontecimento e uma determinada ação, por exemplo. Não temos na *memória* algo que não vimos, não lemos, não ouvimos, ou seja, não experimentamos. Aqui nesse primeiro momento, percebemos uma relação estrita do conhecimento, da experiência sensorial e da memória. Vale ressaltar que, assim como demonstraremos melhor na análise mais específica de Agostinho de Hipona, que não são os próprios objetos que “entram” em nós, mas suas respectivas imagens.

Continuando nossa explanação a partir de Abbagnano, verificamos agora que o autor apresenta duas condições essenciais que constituem a *memória*. Primeiramente, há uma conservação de saberes já vivenciados e que, logicamente, não se encontram mais à vista, ou seja, não se encontra mais latente ao nosso sentido instantâneo. Uma outra condição essencial da *memória* é sua viabilidade de evocar, se necessário, esse conhecimento passado e de torná-lo presente. Por exemplo, quando nos “recordamos” dos nossos pais, temos a capacidade de elencarmos suas características e suas singularidades, sem precisamente vê-los propriamente.

Já na sequência desse desenvolvimento, o autor destaca a explicação de Aristóteles para o processo da *memória* que, segundo o Estagirita, é completamente física. Por isso, a capacidade retentiva da *memória* é vista como um *movimento*. Já a recordação por sua vez é um tipo de *dedução* que, sendo exclusivo do ser humano, podemos deduzir que já vivenciamos ou experimentamos algo parecido, como quando ouvimos uma música e percebemos que já tínhamos a ouvido em outra ocasião ou em um outro “tempo”.

Adentando um pouco mais no próprio pensamento de Aristóteles, temos claramente, na obra *Metafísica*, logo no início de seu desenvolvimento que, a memória é um dos fatores decisivos para a construção do pensamento e do raciocínio humano. Trazendo a memória para um plano “técnico” e “físico” temos que: “É da memória que deriva aos homens a experiência: pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito duma única experiência, e a experiência quase se parece com a ciência e a arte”.<sup>5</sup>

Desse modo, temos como tão ativamente a memória atua em nosso modo de conhecer, mostrando que é pela “recordação” que produzimos nossos conhecimentos, nossas

---

<sup>4</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, art.: Memória.

<sup>5</sup> ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores), p. 211.

ciências e nossas artes. Sem essa nossa estrutura, estaríamos órfãos de realidades concretas que se dão de modo tão simples, mas tão complexo ao mesmo tempo. As experiências sensíveis estão, nesse caso, como servas do poder mnemônico e de sua complexa rede de raciocínio.

Passando rapidamente por essa concepção aristotélica, precisamos apontar, segundo Abbagnano, dois grupos que interpretam a *memória* de maneiras distintas. Um primeiro grupo, que apresentaremos na sequência, percebe a *memória* como retentiva ou conservação, já um segundo grupo vê na *memória* um fenômeno da recordação<sup>6</sup>.

O primeiro grupo, didaticamente falando, defende em sua base o parecer de que a *memória* deve ser vista como preservação ou conservação de conhecimentos já obtidos. Podemos aqui destacar Tomás de Aquino e Agostinho que coparticipavam dessa opinião na era da filosofia medieval. Porém, não podemos reduzir absolutamente o ideal, por exemplo, de Agostinho sobre a *memória* como uma simples “preservação” de conhecimentos passados. Perceberemos mais adiante, no desenvolvimento desse trabalho, que a elaboração filosófica do bispo africano não é tão simples assim.

Porém agora na modernidade, segundo o autor Nicola Abbagnano, temos ainda uma conservação, contudo digamos mais ontológica, de que: “veem na memória a conservação integral do espírito por parte de si próprio, ou seja, a persistência nele de todas as suas ações e afeições, de todas as suas manifestações ou modos de ser”.<sup>7</sup>

Dessa forma temos uma visão da *memória* onde, das ideias mais simples até as mais complexas, estariam conservadas e seguras. Bergson, segundo o Abbagnano, expressa justamente essa ideia de que teríamos uma espécie de “memória pura”. Nesse caso, a dificuldade que temos em lembramos de algo efetivamente, deve-se não a “memória em si”, mas a “recordação *atual*”<sup>8</sup> que é uma espécie de processo da “memória pura”, para as exigências da atividade em questão.

Com essa sutileza filosófica, constatamos que para Bergson em sua obra *Matéria e Memória* a memória é vista não só como uma “complicação”, mas uma “honrosa complicação”, no sentido em que a memória deveria estar em um “estado” mais elevado do que o próprio corpo ou da própria matéria. Teríamos então uma chamada “lembrança pura”, como se fosse um “outro estado”, dito “estado *virtual*”. Para tentarmos exemplificar essa questão, precisamos citar que:

---

<sup>6</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, art.: Memória.

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> *Ibid.*

A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um “estado virtual”, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de *planos de consciência* diferentes, até o termo em que ele se materializa numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha o nosso corpo. Nesse estado virtual consiste a lembrança pura.<sup>9</sup>

Assim, nos aproximamos da ideia de que a memória representa também uma conservação, mas, poderíamos dizer, uma conservação mais “pura” de algumas lembranças. Também temos nessa passagem algumas intuições levantadas anteriormente por Agostinho, como no fato de que, nesse processo de “condução das lembranças”, a memória não encontra-se estagnada e pronta, mas necessita de uma “força” para seguir um determinado “caminho” até termos em nós a efetiva lembrança de um determinado objeto, por exemplo.

Apesar de toda essa ideia confusa, vale salientar que se estudássemos mais a fundo essa elucubração, poderíamos assegurar com mais certeza e estofamento filosófico a problemática das lesões cerebrais que “não afetam a memória, propriamente dita, mas apenas a reminiscência das lembranças na percepção, ou seja, o mecanismo pelo qual a memória se insere no corpo e transforma-se em ação.”<sup>10</sup>

Contudo, prossigamos ainda nessa síntese de alguns autores que veem na *memória* uma ideia de “conservação”. Em Descartes, diferente de uma possível “negação fisiológica” da *memória* em Bergson, percebemos que a relação dela com o nosso corpo não é em nenhum momento negada. Ainda que tenhamos constatado que os autores desse grupo possuem algumas dicotomias o embasamento de que, segundo Abbagnano, o fenômeno da recordação é concatenado à passagem do conteúdo do estado atual para o potencial, ou vice-versa.

Depois dessas considerações, partiremos agora para uma apresentação simples do segundo grupo que agora, diferentemente do que vimos acima, concebe a *memória* a partir do fenômeno da recordação. Com isso, pensadores como Hobbes, Wolff e Kant destacam que a *memória* possui um caráter ativo, logo, mais do que simplesmente “irmos ao encontro” de uma lembrança, muitas vezes uma lembrança vem ou salta em nossa consciência.

---

<sup>9</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 280.

<sup>10</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, art.: Memória.

Hobbes, por exemplo, destaca em sua obra *Leviatã* que a “*imaginação e a memória* são uma e a mesma coisa”<sup>11</sup>, nesse sentido, destacamos que para o autor, a imaginação é uma espécie de “sensação diminuída” que depois da experiência enquanto tal a imagem de um determinado objeto fica mais obscuro e, logicamente, menos resoluto, ou seja, posteriormente aos olhos captarem e perceberem um objeto, essa imagem já ficará em nossa “imaginação” ou, nesse caso, em nossa “memória”. Claramente percebemos essa questão quando o autor explica que:

Esta *sensação diminuída* quando queremos exprimir a própria coisa (isto é, a própria *ilusão*), denomina-se *imaginação*; mas, quando queremos exprimir a diminuição e significar que a sensação é evanescente, antiga e passada, denomina-se *memória*. Assim a *imaginação* e a *memória* são uma e a mesma coisa, que, por razões várias, tem nomes diferentes. Muita memória, ou a memória de muitas coisas, chama-se *experiência*.<sup>12</sup>

Dessa maneira, fica claro que Hobbes está preocupado com a nossa capacidade cognitiva e com a nossa “experiência”, ou seja, mais do que sermos seres capazes de experimentar e conhecer coisas novas, nós podemos saber o que nós sabemos (aperceber) e nos lembrar que conhecemos. Por isso, a nossa memória é vista por esses autores e, agora especificadamente, por Hobbes, como uma faculdade recordativa, uma capacidade de lembra-se! Não só armazenamos coisas na memória como também nos lembramos que armazenamos.

Todavia, segundo Abbagnano, precisamos ainda dividir esse grupo de pensadores e de doutrinas em dois: os que interpretam a *memória* como inteligência e os que interpretam a *memória* como mecanismo associativo. Hegel, por exemplo, interpretou e compreendeu a *memória* como inteligência ou pensamento, pois percebia nela “o modo extrínseco, o momento unilateral da existência do pensamento”<sup>13</sup>. Por outro lado, Spinoza, concebia a *memória* como uma “concatenação de ideias”, mostrando assim, um verdadeiro mecanismo associativo, também grande parcela da psicologia moderna apoiou-se nessa ideia.

Dadas essas questões introdutórias e gerais do termo *memória* desenvolvida durante toda a história da humanidade e apresentada por Nicola Abbagnano em seu *Dicionário de Filosofia*, buscaremos desenvolver, nesse segundo ponto, uma análise mais específica

---

<sup>11</sup> HOBBS. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.16. (Os Pensadores).

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, art.: Memória.

da memória e, conseqüentemente, do esquecimento, no Livro X das *Confissões* de Agostinho de Hipona.

## 2. Agostinho de Hipona e o “Palácio da memória”

Diante da problemática da memória já estruturada e demonstrada de uma maneira geral na história da filosofia, onde destacamos que a memória é vista por muitos como uma retenção dos acontecimentos vividos no passado ou um processo do fenômeno da recordação. Precisamos, nesse sentido, avançarmos para questões mais profundas e que expressem uma visão mais detalhada e correta dessa “capacidade humana”.

Para isso, destacaremos algumas características e intuições elaboradas pelo filósofo Agostinho de Hipona em sua obra *Confissões*, mais especificamente no Livro X. Perceberemos, nesse sentido, que a memória, para o autor, está relacionada com as forças – *vis* – presentes em nós e que fazem parte desse processo ou, melhor dizendo, desse “palácio da memória”.

Não é nosso objetivo destacar ou apontar se os animais, desprovidos da razão, possuem ou não uma “memória”. Estamos preocupados com o processo, nesse sentido, “racional e consciente” que o ser humano tem diante das percepções adquiridas e “guardadas”. Claro que essas ideias de “racional” e “consciente” serão melhor estudadas e apresentadas em um outro momento.

Agostinho utiliza-se dessa metáfora “palácio da memória” justamente para mostrar que, podemos imaginar, a memória seria esse “lugar” onde as imagens, trazidas pelas percepções dos objetos afins, estão depositadas e guardadas, algumas em uma sala, outras em demais regiões desse palácio que podem estar escondidas ou “esquecidas”, pois como o próprio bispo africano averte, corremos esse perigo: “*Enfim, jaz aí tudo o que se lhes entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda não absorveu e sepultou.*”<sup>14</sup>

Nessa sentença também percebemos sutilmente aquilo que Freud posteriormente, no século XX, chamará de “inconsciente”, pois mesmo que tenhamos “sepultado” ou “recalcado” algumas imagens ou conhecimentos, não podemos deixar de notar que ainda estarão, poderíamos imaginar, no “palácio”!

Diante desse jogo de palavras, Agostinho também destacará que quando nos deparamos com o anseio de ter diante de nós uma determinada “imagem”, “mandamos”

---

<sup>14</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 239.

para que venha e se faça presente. Contudo, outras imagens pulam e se apresentam como se tivessem sido chamadas. Porém, só nos contentamos quando realmente a “imagem querida” está diante de nós.

No mundo, podemos facilmente experimentar diferentes sensações provindas de diversos objetos e situações distintas. Mais do que sabermos se determinada coisa existe ou não, nos chama a atenção como cada “coisa” exerce em nós uma determinada sensação ou melhor, uma sensação ímpar. Assim também, Agostinho esclarece que por “diferentes portas” as sensações, de forma independente, entram e passam por essas portas.

Isso muito facilmente pode ser percebido em nosso dia-a-dia, por exemplo, quando estamos diante de uma fogueira dentro de uma floresta, como um acampamento, temos diante de nós várias situações perceptíveis. Estamos sentindo o calor do fogo, vendo suas chamas, ouvindo os grunhidos e os estalos da lenha verde sendo consumida e sentindo o cheiro da fumaça. Porém, nenhum desses sentidos se confundem ou anulam uma outra percepção. Se tudo o que percebemos, entrasse apenas por uma via, talvez teríamos uma certa confusão de informações.

Se formos bem atentos, essa “confusão de informações” ocorre muitas vezes em nossos sentidos de forma isolado. Quando estamos diante de uma paisagem, por exemplo, estamos olhando o todo, suas cores e formas, suas características mais gerais. Contudo, nosso olho está sempre “focando” em determinadas regiões. Não temos como ter uma visão em 180° com uma perfeita “resolução” e nitidez do ambiente ao redor.

Voltando para ao que nos interessa, o leitor poderia estar se perguntando: “Como afinal ‘guardamos’ esses objetos em nós?”. E o que poderíamos responder é que simplesmente não guardamos. O que Agostinho buscará exemplificar é que: “não são os próprios objetos que entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda”.<sup>15</sup>

Como já havíamos mencionado, o que entram e fazem morada nesse “palácio” são as imagens dos devidos objetos. Seria, logicamente, um absurdo pensarmos que os objetos em si estão dentro de nós. Agora, como se dá esse processo ou como são “forjadas” essas imagens, são questões bem mais complexas e que o próprio Agostinho não deixa claro.

Continuando nossas reflexões, muito nos provoca a ideia de que conseguimos, sem termos ouvido nada, por exemplo, distinguir uma sonata de Mozart de uma composição de Wagner. Isso é possível graças as lembranças de ambas as melodias. Ou até mesmo,

---

<sup>15</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 239.



sem demora alguma, preferimos algo doce do que azedo! Mas como saberíamos escolher uma coisa ou outra se não tivéssemos em nossa memória uma “recordação” das percepções desses “objetos”?

Todavia, muito me preocupa se o leitor também percebeu esse “problema” que nós desenvolvemos desde as primeiras páginas desse capítulo. Quando nos recordamos do conceito de *memória* elaborado, nesse trabalho, historicamente tendo como base o *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano, percebemos que havíamos dividido toda a história em duas: os que viam a “memória como conservação” e os que tinham a “memória como fenômeno da recordação”. E Agostinho, era tido como participante do primeiro grupo, porém, como percebemos, não é tão simples assim. Agostinho prontamente declara: “É lá [na memória] que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.”<sup>16</sup>

Nesse sentido, além da memória, para Agostinho, ser, por analogia, um “palácio”, um lugar onde residem nossas informações e quilo que somos, também lá, existe uma “força”, uma *vis*, um verdadeiro poder ativo que favorece nosso desenvolvimento intelectual e racional. Cada coisa conhecemos por um sentido, porém, como podemos observar na citação, existiria algum outro conhecimento que não fosse *a posteriori* na memória?

## 2.1. A memória intelectual, OS SENTIDOS e AS IDEIAS INATAS

Diante dessa demasiada estrutura da memória, o bispo africano adverte que não só dessas realidades ditas “experimentáveis” estão presentes em nós. Como um bom “platônico”, nos arriscaríamos em dizer, Agostinho alerta para os conhecimentos que não estão em um “lugar” que nós poderíamos pegar com a mão e dizer: “Aqui está a literatura, a arte...”.

Esses conhecimentos aprendidos nas artes liberais<sup>17</sup>, como a gramática, a retórica e a dialética, estão em nós não pelas suas “imagens”, como algo palpável, mas suas próprias realidades. Todavia, Agostinho enfatiza em uma frase, por ele mesmo grafada que: “*se não retivesse a imagem, deixaria fora o objeto*”.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 240.

<sup>17</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 241.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p 242.

Muito embora tenhamos as noções de literatura e de arte, por exemplo, em nós, essas realidades não nos seriam possíveis se nunca tivéssemos contato com um livro ou se ninguém nos tivesse contado uma história literária ou mostrado uma obra de arte. Com isso, temos claro novamente que precisamos das imagens de tais “realidades” que, sem elas, não entrariam em nossa memória.

Da mesma forma procedem os outros objetos que diante de sua “ausência” são apenas imaginados pela memória. Por exemplo, quando comemos algo bem acepipado não temos sempre o sabor e o gosto agradável em nosso paladar, porém ainda o conservamos em nossa memória.

Quando nos indagamos sobre a realidade de cada coisa no mundo, talvez poderíamos aceita-las sem maiores hesitações! Contudo, quando somos questionados e encurralados por ideias novas, sempre nos assustamos, pois acabamos entendendo alguma coisa.

Do mesmo modo, Agostinho mostra no decorrer do Livro X que quando foi questionado e advertido sobre as três espécies de questões: da existência, da natureza (essência) e da qualidade, ele percebeu que tinha conseguido interpretar as questões pelo sentido da audição que captou a voz de outrem proclamando tais questões.

Muito embora saibamos “decifrar” muitas das realidades do mundo, muitas outras problemáticas só se tornam “evidentes” para nós depois de alguém mostrar ou apontar determinada qualidade ou característica. Como no exemplo que Lacan, em um de seus *Seminários* aponta para o fato/história da “Carta perdida”!

Agostinho também nos mostra que isso está no mais profundo do “palácio” e muito bem escondido, sendo necessário o auxílio de alguém: "Mas tão retidas e escondidas em concavidades secretíssimas estavam, que não poderia talvez pensar nelas, se dali não fossem arrancadas por alguém que me advertisse."<sup>19</sup>

Mediante tamanha complexidade destacamos que a memória, em seus segredos e mistérios, apresenta-se a nós como uma “pré-conhecedora” daquilo que buscamos conhecer. Isso parece confuso, mas é fácil de perceber. Se tivéssemos que conhecer algo absolutamente novo não veríamos nada, não sentiríamos nada. Por exemplo, quando queremos representar um extraterrestre em um desenho ou em um filme, nós desenhamos ou pensamos em uma ser verde, com duas pernas, dois braços, etc. Percebe que todas essas características já nos são familiares?

---

<sup>19</sup> *Ibid.*, p 243.

Até mesmo uma língua nova que eu queira aprender, apesar das dificuldades, eu sei que algumas estruturas sintáticas serão semelhantes, e mesmo se não forem, pelo menos o “som” ou o “sinal” – no caso das LIBRAS – ser-nos-ão conhecidos e percebidos pelos nossos sentidos, os mesmos sentidos capazes de perceber nossa língua materna.

Ademais, ainda na última citação, verificamos que a função “comunicativa” é de suma importância para o ser humano, pois se não temos quem nos aponte tais realidades, dificilmente teríamos uma visão tão holística do mundo. Essa função de “arrancar” também evidencia a ideia de que tudo já está em nós. O que precisamos fazer é um exercício de introspecção, de iluminação, que nos mostrará quem nós somos e o que nós sabemos.

Percebemos no desenvolvimento do pensamento de Agostinho de Hipona em sua obra aqui tratada que, perante uma singela influência platônica em seu pensamento, muitas ideias e teorias lhe são semelhantes, como podemos observar nessa passagem:

Quantas destas espécies nos traz a nossa memória as quais já antes havíamos encontrado e – como já me exprimi – as tivemos como que à mão! Nós somos de parecer que já em tempos aprendemos e conhecemos estas coisas.<sup>20</sup>

Diante desse contexto, deparamo-nos com o fato de que, sobre o prisma da “teoria da reminiscência”, temos uma verdadeira correlação com a teoria platônica do “mundo das ideias” onde, antes das almas serem “aprisionadas” em seus corpos terrestres, elas estiveram diante das ideias de verdade, justiça, bem, por exemplo. Com isso, de uma maneira mais “cristianizada”, temos essa teoria ou possibilidade levantada por Agostinho de que as almas saberiam de “antemão” as verdades das ideias.

Logicamente, com essa teoria, temos uma relação muito mais singular de “recordar” e, principalmente, de pensar onde são vistas como uma atividade de *coligir*<sup>21</sup> que consiste em “juntar no espírito”, juntar os frutos da memória e da recordação de uma maneira organizada, ou seja, “pensada”.

Mais complicada do que essa relação das ideias inatas com o nosso pensamento e com a nossa memória, talvez seriam as questões “matemáticas”. Como afinal teríamos a ideia ou a imagem de um número, de uma equação ou de uma dimensão? Realmente, Agostinho tenta brevemente dizer que “por todos os sentidos que chegamos ao conhecimento dos

---

<sup>20</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 243.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 244.

números” e ainda, são mais reais do que as próprias imagens que nós já apresentamos. Porém, essa intuição não fica muito clara e o bispo africano apela para uma “fé” em suas palavras para quem quiser acreditar e quem não quiser “ria-se de mim”<sup>22</sup>.

## **2.2. A memória “lembra-se de lembrar”, seus afetos e o esquecido**

Mais do que perceber as ideias que estavam ao seu redor, talvez Agostinho buscava por aquilo que encontra-se mais longe de nós, ou seja, o nosso mistério interior. Procuramos deveras vezes sentidos que moldem nosso “ser no mundo” em lugares tão distantes que nos afastam até do que pensamos ser nós mesmos.

Nesse sentido, mais do que termos em nós a recordação ou a memória de tantas coisas, de tantos universos e questões afins. De nada adiantaria ao homem “lembrar dessas coisas” se não pudesse “lembrar que se lembra”. Muito curiosamente Agostinho intuiu essa importante fase do nosso ser-consciência, a chamada “auto-consciência” ou o “saber que sabe”.

Assim também temos que, diante dessa problemática, o bispo africano destaca claramente essa sutil importância do nosso ser: “Por isso lembro-me de que me lembrei. E assim, se mais tarde me lembrar que agora pude recordar estas coisas, será pela força da memória!”<sup>23</sup>

Se nós não nos lembrássemos de nossas lembranças certamente não teríamos como elaborar pensamentos ou linhas de raciocínios tão complexos e codificados, como dizer “oi”, “bom dia” ou levantar da cama para fazer o café. Atividades diárias, ditas como “hábitos”, exemplificam bem essa nossa “graça” de se lembrar que se lembra. É como, também, se tivéssemos que a criar a roda todos os dias ou aprender a falar a cada amanhecer.

E como o próprio autor esclarece, a memória não é algo “passivo” para esperar as coisas acontecerem e passarem. Ela possui uma função ativa e forte que faz com que, sem nós percebermos e de maneira dita automática, nos lembremos daquilo que precisa ser lembrado e “rejeita” aquilo que pode ser “esquecido”. Como veremos posteriormente, em um outro ponto, Freud apresentará essa “parecida” relação da memória com o ser humano, porém, nada, nesse caso, é visto como “por acaso”. Nós veremos então que se nos

---

<sup>22</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 244.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p 245.

recordamos ou *recalcamos* alguma coisa, sempre terá um sentido consciente ou inconsciente por detrás.

Na medida em que avançamos no pensamento de Agostinho, percebemos essa aproximação com as teorias, sobretudo, de Platão e de algumas influências da época. Mais do que uma explicação técnica e científica da memória, o bispo africano se propõe, numa verdadeira iluminação, em levantar esses mistérios que nos afligem.

Diante dessa “aflição” uma pergunta se destaca: “Onde repousam nossas lembranças afetivas?”. Muito claramente sabemos que todas as experiências deixam em nós uma “marca” afetiva de dor, alegria, tristeza ou desejo<sup>24</sup>. E geralmente, de acordo com nossas experiências, essas *perturbações*, das quais o autor destaca, representam uma importante relação da memória com o corpo.

A memória não pode ser entendida como um lugar onde simplesmente colocamos uma coisa ou tiramos. Apesar de nos referirmos a memória como um “palácio”, várias vezes destacamos sua força, ou seja, sua *vis*. Mediante essa reafirmação, relevamos ainda mais que a memória justifica nosso *animus*, nosso espírito, que Agostinho afirma ser a própria alma<sup>25</sup>. Porém em outra passagem o autor destaca: “Não há dúvida que a memória é como o ventre da alma. A alegria, porém, e a tristeza são o seu alimento, doce ou amargo”<sup>26</sup>

Com essa passagem destacamos como Agostinho claramente aponta, com uma outra analogia, para essa função da “ruminação” da memória tão importante diante das realidades da vida. Imaginemos como seria difícil vivermos sempre com as dores e sofrimentos passados. Mais do que uma constante angústia, isso seria uma verdadeira tortura.

Assim entendemos que os sentimentos não ficam fixados em nosso ser todos os momentos e em toda hora. Até mesmo quando nos recordamos de alguns fatos passados não conseguimos sentir exatamente as mesmas sensações daquele momento. Porém, não saberíamos dizer que sentimos alguma coisa se não estivesse em nossa memória. De um jeito ou de outro, temos em nós as lembranças de momentos “afetivos”, ou seja, que nos despertaram uma *perturbação*.

Como ter em nós a recordação de algo que não está mais presente? Talvez esta seja a pergunta que mais nos provoque e nos cause espanto. Do mesmo modo, quando

---

<sup>24</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 246.

<sup>25</sup> A editora Vozes adverte: “Traduzimos o vocábulo *animus* ordinariamente por espírito, mas também tem o sentido de alma (anima) ou mente (*mens*)” p. 245.

<sup>26</sup> AGOSTINHO. *Op. cit.*, 2012, p. 246.

pronunciamos os nomes de alguns objetos como, pedra, árvore, chuva, etc. todos esses objetos nos veem à memória, mas não estão presentes em nossos sentidos.

Com essa problemática, o bispo africano destaca que: “Evoco a dor corporal: se nada me dói, não a posso ter presente. Contudo, se a sua imagem não me estivesse presente na memória, eu não sabia o que dizia e, ao raciocinar, não a distinguiria do prazer”.<sup>27</sup>

Logicamente, por mais que estejamos doentes ou sadios não perdemos de nossa memória a oposição de ambos. E se não o tivéssemos essa imagem, não saberíamos nem dizer o que é. Por exemplo, o autor exemplifica, quando estamos doentes eu sei dizer o que é a saúde, porém, se estamos sadios também sabemos dizer o que é a doença ou como é estar doente.

No decorrer do texto, deparamo-nos com um dos textos mais belos e misteriosos de Agostinho. Seu verdadeiro tratado sobre o esquecimento nos indaga sobre realidades tão presentes e tão ausentes. Do mesmo modo que recordamos das coisas por nós esquecidas, também nos esquecemos dos objetos e da própria memória. Mas esse esquecimento seria absoluto? Ou ainda estão em nós algumas migalhas dessas lembranças. Se tivéssemos esquecido completamente, não saberíamos que tínhamos esquecidos? Ou a memória que se lembra que nos esquecemos?

Outro problema nos advém: onde estaria o esquecimento? Se o esquecimento estivesse em nossa memória não teríamos como recordá-lo, pois tudo ele apaga. Porém se não estivesse em nossa memória, como saberíamos que nos esquecemos? De toda essa complicação, Agostinho destaca que: “A presença do esquecimento faz com que não o esqueçamos; mas quando está presente, esquecemo-nos”.<sup>28</sup>

Podemos assim dizer que a presença da ausência faz com que nos lembremos que nos esquecemos. Já quando o próprio esquecimento está presente, nenhuma lembrança nos aparece. Mas se não temos “o esquecimento enquanto tal” na memória o que nós temos? Será que, assim como os objetos, temos a imagem do esquecimento em nós? Mas como teríamos essa imagem se, antes de termos a imagem precisamos do objeto e, o objeto do esquecimento nós não recordamos.

Desse modo, entendemos nossa justificação e nossa reverência ao mistério do esquecimento. Talvez algumas dessas ideia fiquem mais claras com o advento de concepções psicanalíticas do *recalque* e de outras teorias. Por hora, finalizamos esse

---

<sup>27</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 247.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 248.

ponto destacando ainda como o próprio Agostinho se rende ao esquecimento quando diz: “apesar de ser inexplicável e incompreensível o modo como se realiza este fato, estou certo *de que me lembro do esquecimento*, que nos varre da memória tudo aquilo de que nos lembramos”.<sup>29</sup>

Quando avançamos nos escritos do autor, nos deparamos com uma questão que já havíamos mencionado anteriormente sobre a “memória dos animais”. Não podemos, logicamente, nos fixar de modo absoluto nessa questão, porém, como o próprio bispo africano esclarece, precisamos pontuar e dizer que os animais também são dotados de memória, pois sem ela não desenvolveriam hábito algum.

Contudo, a soberania ou o maior grau poderio pertence ao homem que tem a capacidade de refletir e de buscar para além da memória. Como sabemos, Agostinho está na sua busca por Deus e mesmo na memória, neste vasto palácio, encontra-se perdido e sem uma resposta. Em uma verdadeira prece, declara que: “Se vos encontro sem a memória, estou esquecido de Vós”<sup>30</sup>.

E diante desse apelo nos sentimos partícipes dessa relação sóbria entre a nossa memória e o esquecimento. Assim como a mulher do Evangelho de São Lucas (Lc 15, 8), como o próprio Agostinho apresenta, que perde uma moeda não se cansa de procurá-la até ter em mãos a própria moeda perdida. E como saberia que tivera perdido uma moeda se não lembrasse do objeto?

Diante da nossa existência também nos deparamos com momentos de perda e de reencontro de objetos e de conhecimentos “perdidos”. Mais do que uma busca de algo extremamente novo, estamos no caminho do reencontro. Onde cada dia surge para uma nova busca, de um mesmo objeto, porém, de maneira diferente.

E sobre essa questão específica Marcio Conke, em um artigo sobre a semelhante problemática da memória da revista *Perspectiva Filosófica*, nos alerta para constante preocupação de salientar que não podemos encontrar ou recordar daquilo que não temos nenhum conhecimento ou nenhum “pré-conceito”. Por isso, temos que: “Em verdade, não se trata de um encontro, mas sim de um reencontro com a coisa desejada. Segundo o teólogo africano, ao mesmo tempo em que a própria memória perde alguma coisa, paradoxalmente é na própria memória esquecida que procuramos”.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 249.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 250.

<sup>31</sup> CONKE, Marcio. *A questão da memória em Santo Agostinho e Freud*. *Perspectiva filosófica*, Pernambuco, v. 41, n. 1, p. 30-48, 2014.

Nesse apelo de buscarmos aquele objeto que não está mais disponível ou ao alcance dos nossos sentidos, mas está em nossa memória, o Agostinho esclarece a questão com a seguinte intuição: “Não dizemos ter achado uma coisa que se perdera, se não a conhecemos, nem a podemos conhecer, se dela não nos lembramos”.<sup>32</sup>

O famoso dito popular: “Quem procura, acha” deveria no nosso caso transformar-se em: “Quem se lembra que perdeu, acha”. Talvez mais do que o encontro do objeto perdido a nossa maior dificuldade esteja em lembrarmos do que perdemos ou onde perdemos.

Essa grande força da memória – talvez pudéssemos dizer - não só controla aquilo que sentimos e vivenciamos, como também aquilo que buscamos e almejamos conhecer. Toda experiência, apesar de ser única e podendo contribuir com algo novo, nunca será totalmente nova. Nunca acharemos algo totalmente novo. Só podemos ver e perceber aquilo que já, de uma forma ou de outra, conhecemos. Assim como, uma moeda perdida.

Com esses pontos já nos aproximamos dos últimos casos levantados por Agostinho de Hipona em sua obra *Confissões*, mais especificamente no Livro X que já vínhamos tratando, e sabemos prontamente que tudo aquilo que procuramos lembrar está em nossa memória, nesse vasto palácio, cheio de labirintos e lugares afins.

Mesmo com toda essa *visão*, digamos, potência que a memória possui ela se deixa falhar com questões tão pequenas e cotidianas, como o nome de uma pessoa ou de algum lugar. Como veremos na sequência desse trabalho, não é por acaso que esquecemos desses nomes. Porém, para Agostinho, isso era causa de espanto, de mistério e transmitia muitas dúvidas.

Parafraseando o bispo africano, podemos exemplificar esse mistério quando, por exemplo, diante de uma pessoa conhecida não nos recordamos de seu nome. E durante o processo de recordar o nome esquecido, muitos outros nomes nos vem a mente e dizemos: “Será que é Maria? Ou será que é Ana? Não seria Isabela?”. E nenhum desses nomes nos convencem, pois não se adequam à imagem do nome verídico.

Assim como nos objetos afins que o percebemos e guardamos em nossa memória suas imagens, também nos nomes próprios temos “imagens dos nomes”. Por isso que, quando esquecemos o nome de alguém e tentamos recorda-lo, muito facilmente outros nomes nos aparecem, mas só o “verdadeiro” nome faz com que afirmemos: “Isso! É esse!”.

---

<sup>32</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 250.



## Conclusão

Com todas essas questões apresentadas por Agostinho de Hipona em seu Livro X das *Confissões* entendemos que a memória é mais do que um lugar imóvel e sem atividade alguma. Sua *vis* e suas nuances constituem aquilo que nós somos, aquilo que conhecemos e aquilo que buscamos ser ou conhecer. Por mais que tentemos captar todas as suas características e atividades, não conseguimos. Talvez os mistérios da memória e do esquecimento estejam tão presentes em nós que não temos “distanciamento” suficiente para tamanha “metafísica”.

Toda a história do termo nos mostrou quão riquíssima é essa complexidade e essa capacidade do ser humano. Essa faculdade de “guardar” e “armazenar” coisas que experimentamos no mundo sensível expressa uma potencialidade de possibilidades e de subjetividades que cada pessoa, de um modo ou de outro, pode vivenciar e desenvolver inúmeras capacidade intelectuais e de relacionamento.

Apesar dessa nossa capacidade de recordar de fatos passados, percebemos que muitas das nossas experiências e das nossas vivências ficam escondidas e *esquecidas*. Por mais que tenhamos uma certa “força” para lembrar de algo em um determinado momento, entendemos que a força ativa da memória supera nossa capacidade de decidir, muitas vezes, do que ou não lembrar. A força do *esquecimento* que nos assombra e leva consigo muitas recordações só nos deixa sua recordação de que nos esquecemos, se não, nem saberíamos que tínhamos nos esquecido.

Contudo, apesar dessas considerações e aprofundamentos filosóficos, o tema do “palácio da memória” e de todas as suas características não se encontram engessados ou acabados. Sempre estamos diante de novas descobertas e possibilidades que tornam esse ser humano um complexo palácio de emoções, experiências e raciocínios.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2012.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONKE, Marcio. *A questão da memória em Santo Agostinho e Freud*. *Perspectiva filosófica*, Pernambuco, v. 41, n. 1, p. 30-48, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230241>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HOBBS. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).